

MEU NOME É “AJUDA”.

A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul

LOSANDRO ANTÔNIO TEDESCHI



contexto
educação

Resumo

O presente artigo discute a cidadania e as relações de gênero no campo após a conquista de direitos sociais pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Essas conquistas, porém, não trazem mudanças mais profundas nas representações e no imaginário rural, mantendo e reafirmando as relações de gênero e, nestas, a subordinação do papel feminino. Assim, o trabalho agrícola feminino continua sendo auxiliar, visto como “ajuda”, subordinado ao homem. Elas continuam “escondidas” nos quadros de apoio, ou não participam igualmente, posto que as instâncias políticas de que fazem parte não evoluíram quanto as suas práticas cotidianas, ainda discriminatórias, ficando difícil falar de igualdade de gênero e poder.

Palavras-chave: *Relações de gênero. Trabalho feminino rural. Cidadania.*

MY NAME IS “HELP”. The daily life and the relationships of power, gender and the rural hard-working women’s work in the Northwest Region of the Rio Grande do Sul

Abstract: *The present paper discusses about the citizenship and the gender’s relations in the country before the conquest of the social rights by the Rural Workers Women Movement of The North-West Region of The Rio Grande do Sul. However, those conquests doesn’t bring deep changes in the rural imaginary and representations, keep on the gender’s relations and, in those, the subordination of feminine role. So, the feminine agricultural work goes on auxiliary, like a help, subordinated by the man. They keep hide in the support set, or don’t take part in the same way, at once the political instances that participate didn’t develop in the same direction of their daily practices, and they are still discriminatory, staying hard to talk about equality of gender and power.*

Keywords: *Gender’s relations. Rural feminine work. Citizenship.*

MUITO TRABALHO E POUCO PODER NA VIDA DAS AGRICULTORAS

Aproximadamente há vinte anos a mão-de-obra familiar era empregada conforme a composição do lar e a quantidade dos membros em relação as suas necessidades, tendo o sexo e a idade como referência determinante no que diz respeito ao tipo de atividades exercidas. Dessa forma, a divisão de tarefas constituía um elemento básico na organização do lar, resultado das representações que a História delegou às mulheres, opondo masculino e feminino em relações de poder, entrelaçadas com o sistema moral, com um conjunto de normas e valores de conduta na unidade familiar.

Identificar as razões pelas quais essa situação ocorre foi uma tarefa que me orientou na construção de um processo de pesquisa sobre relações de gênero, poder e trabalho no meio rural, com grupos de mulheres trabalhadoras rurais. Inserido num projeto de pesquisa¹, por meio da coleta de depoimentos, pude averiguar as diferenças de papéis do homem e da mulher na vida cotidiana da história camponesa da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Meu objetivo era entender o porquê de a autoridade masculina ser justificada para viabilizar a unidade familiar, mediante o controle e a neutralização das tensões nas relações intrafamiliares. Esse sistema fazia com que as desigualdades fossem vistas de forma natural, e não como parte de um sistema histórico social e cultural. Nas palavras de Del Valle:

No campo o principal valor da mulher era definido em função da sua capacidade de reprodução, tanto no sentido biológico como em relação à comida e aos valores culturais no âmbito doméstico: a casa, a horta, o pomar e os pequenos animais. Na casa se desenvolve a vida privada: o cuidado do corpo, a experiência da vida sexual e da vida reprodutiva, o preparo da comida e a realização de experiências de socialização são algumas das que aparecem com frequência (1991, p. 223).

A importância da pesquisa reside no fato de fornecer elementos para identificar e avaliar os diferentes mecanismos que restringem e desqualificam a participação das mulheres agricultoras no

processo de gestão e de decisão na estrutura produtiva e política, contribuindo para a compreensão dos obstáculos impostos a sua plena participação.

No espaço privado da casa a mulher exerce uma função central, constituindo este o seu principal local de trabalho, conforme este depoimento:

A vida continua a mesma coisa, não dá para parar, porque o mundo não pára (..) agora nós temos até mais animais para cuidar, sempre tem serviço e alguém tem que fazer tudo isso em casa.²

Além disso, a mulher não era valorizada pela força física e nem pela saúde em relação a várias atividades produtivas na lavoura, na qual ela “ajudava” o homem diariamente, passando quase o mesmo tempo que ele no trabalho da roça. Por outro lado, como esposas e mães, as mulheres eram “guardiãs” do sistema de conduta, sendo responsáveis pela criação dos filhos como bons agricultores e como adultos sociáveis no seu grupo. A formação das meninas e dos meninos era diferenciada em vista das diferenças consideradas naturais e biológicas no imaginário rural. Nas meninas os valores estimulados eram a obediência, a passividade, o cuidado com os outros, a “pureza”, valores que a Igreja Católica determinou na História como ideal feminino a ser seguido, subordinando a mulher ao homem.

Apesar de todas as suas responsabilidades, as mulheres eram consideradas mais fracas do que os homens, tanto física como mentalmente, e não eram consideradas capazes (e também não eram estimuladas) de ter uma opinião e de expressá-la. Em vista de sua futura função como mãe e esposa, os estudos para as mulheres no meio rural não eram úteis como investimento; assim, geralmente, as meninas não freqüentavam a escola, ou somente o faziam até saberem ler e escrever, enquanto os homens permaneciam por mais tempo nela.

Mesmo com o avanço da idade, contudo, a mulher não chegava a tomar decisões, o que era sempre assunto de homens, com o sogro ocupando o lugar mais alto na hierarquia. A prática cultural de ter uma casa e uma família para proteger reforçava o valor da masculinidade, uma vez que casar, “trazer uma mulher” e ter filhos legitimava o poder e o *status* do marido, ou seja, o valor atribuído ao casamento do filho justificava a desigualdade interna no lar.

Uma das raízes da desigualdade de gênero está na educação, posto que os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas “femininas” e os filhos “masculinos”. E essa socialização passa a ser reforçada na escola, além dos meios de comunicação como cinema, jornais, revistas. Uma vez que homens e mulheres são educados de forma diferente, em consonância com o que a sociedade definia como “identidade feminina” e “identidade masculina”, homens e mulheres passam a agir, pensar, comportar-se, falar, discutir e enfrentar problemas de forma também diferente.

O modo como são criados os meninos lhes dá condições de ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. Da mesma maneira, a educação das meninas objetiva prepará-las para desempenhar os seus futuros papéis no lar e na família. Assim, elas são encorajadas a serem dóceis, passivas, úteis, boazinhas, prestativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, abnegadas, a não incomodar as pessoas e a não dizer “não”. Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a “cuidar” de todos os familiares, menos delas, a serem guardiãs dos laços e da tradição. Por isso, quando adultas, apresentam dificuldade em pedir ajuda, carregam uma sensação de culpa, de responsabilidade e sofrem por situações que não se originaram de suas ações.

Assim sendo, pode-se dizer que a educação produz uma imagem feminina confinada em torno da família, situada num plano de desigualdade em relação ao homem, no poder, nas responsabilidades e nas opções de lazer e realização pessoal.

Essas práticas culturais trazem consigo pressupostos éticos e histórico-filosóficos, dentre os quais uma imagem de relações hierarquizadas entre o mundo doméstico e o mundo público, uma idéia de que as tarefas de produção, feitas na intimidade do lar e carregadas de afetividade, constituem repetições não criativas do cotidiano reduzidas a obrigações culturais costumeiras da mulher no campo; e, finalmente, um certo modelo, paradigma da vida privada, íntima, como pertencente à ordem do não-social. Essas representações contribuíram para que se formassem pressupostos culturais e jurídicos, para que as mulheres circulassem na vida pública e privada com uma significativa desigualdade de oportunidades.

Essas violências – educacionais, econômicas, políticas, trabalhistas, simbólicas, dentre outras – constituem uma das múltiplas estratégias de produção da desigualdade de gênero, uma vez que levam a um consentimento³ por parte das mulheres no que diz respeito à percepção da inferioridade feminina como “natural”.

As representações, que marcam o tempo e permanecem imutáveis sobre o sujeito representado, são expressas com nitidez nas relações e funções desempenhadas pela mulher camponesa: intocáveis, cristalizadas por uma ordem e uma verdade imutáveis. O trabalho feminino e seus papéis persistem através de uma realidade constante, de geração a geração.

O que se reproduz, no Brasil, na estrutura familiar, são práticas de significação ancoradas nas representações sobre a maternidade e a domesticidade. A estrutura familiar camponesa brasileira não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos, reproduzindo a figura feminina construída historicamente pelo discurso do patriarcalismo.

Dessa forma, no sistema cultural tradicional das famílias camponesas, pode-se apontar três elementos que ilustram esse entrelaçamento entre as regras de conduta da unidade familiar e as relações de poder: em primeiro lugar, com o pretexto de proteção, ao chefe do lar era permitido exercer controle sobre os outros membros, que lhe davam autorização para dominar; em segundo, os padrões, as representações delegadas pela História tendiam a reforçar as desigualdades de gênero entre as mulheres e reforçar o valor da masculinidade; e, por último, a unidade era reproduzida por meio de um sistema assimétrico de herança, que era justificado pela idéia da manutenção da unidade da pequena propriedade rural.

Todo esse sistema androcêntrico, baseado na ideologia patriarcal, foi atingido com o processo de modernização, e fez com que as gerações novas entrassem em conflito com os critérios tradicionais de atribuição do poder, quando a manutenção e reprodução de valores na pequena propriedade passa a perder significado, dando espaço aos interesses individuais. E essas relações entre as gerações no interior da família mudaram de tal forma que mesmo os vínculos familiares e os sistemas hierárquicos perderam sua função, força e legitimidade, uma vez que a posição dos indivíduos no sistema fami-

liar não era mais a única fonte de poder e novos valores foram sendo introduzidos na unidade familiar. Segundo Carneiro (1996, p. 338-354), “a casa deixa de sintetizar, no imaginário social, os valores da intimidade camponesa (a estabilidade, a harmonia, a proteção) para coexistir, nas relações mais íntimas, com os efeitos da política de modernização da agricultura”. Com a modernização da agricultura, houve uma redefinição da divisão do trabalho por sexo, de tal forma que as atividades e as representações sobre a mão-de-obra feminina ficaram mais definidas.

No Rio Grande do Sul observa-se que a esfera doméstica continuou como responsabilidade da mulher, envolvida nas inúmeras atividades do espaço do lar. Em alguns dias ela conserta ou costura, faz queijo, geléia e, quando matam um porco, faz salame e a limpeza das matanças. As compras de casa são determinadas pela mulher, mas geralmente realizadas pelo homem, que as traz da cidade, aproveitando a viagem para ir ao banco, à cooperativa, ao sindicato ou para fazer negócios.

A agricultura familiar é caracterizada por uma especificidade, composta por uma unidade de produção e, igualmente, uma unidade de consumo. Essa característica determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pela necessidade da família. Desta forma, as decisões no interior da família são movidas por duas lógicas diferentes e complementares: uma voltada para o mercado exterior e outra para dentro, visando atender às necessidades da família. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução.

Além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a “lida” com o leite, também são atividades “próprias” das mulheres o cuidar das galinhas e outras pequenas criações, a horta, as ervas medicinais, as “miudezas”, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras trabalham com o marido na roça, de onde sai o produto para venda. Mesmo assim, entre estes agricultores, costuma-se dizer que na roça as mulheres apenas “*ajudam*”.

Seriam, assim, próprias do homem, as atividades e decisões referentes ao espaço público, no caso tudo o que está relacionado ao exterior da propriedade: mercado e relações com dinheiro, assistên-

cia técnica e capacitação profissional, formas de associação e representação, responsabilidade jurídica pela propriedade da terra... Enfim, seria do homem o mundo da produção, entendido aqui como as atividades voltadas para o mercado, geradoras de renda monetária, aquelas normalmente tidas como “as que de fato importam”. Da mesma forma, seriam consideradas como “próprias” das mulheres as atividades referentes ao espaço privado, que envolvem toda a gama de responsabilidades relacionadas à reprodução da família.

Verifiquei, como consequência das entrevistas, a presença difusa desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: a) seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como de menor importância, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho nas atividades relacionadas à produção seja igual ou superior ao desempenhado pelo homem; b) as atividades relacionadas à reprodução não são valorizadas: o que conta é o que se transforma em dinheiro. Transporta-se tal desequilíbrio para a estrutura sindical, em que o poder masculino domina as instâncias de decisão e de voto nas medidas aprovadas pela estrutura sindical e do movimento de mulheres. Esta desvalorização do trabalho e da presença da mulher decorre, claramente, das relações de gênero.

O uso do gênero enquanto categoria de análise é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão. Como define Scott, o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos:

Uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (1995, p. 7).

Essa compreensão de gênero como uma construção tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas, trazem-

do para a discussão dois aspectos importantes: um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Tanto um como o outro não podem ser admitidos ou mensurados como elementos separados, estanques, divorciados, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

Pelas experiências anteriores de trabalho eu tinha conhecimento de como eram pautadas as relações de gênero na realidade das mulheres agricultoras.

Nos fins de semana que o marido bebe além da conta ele diz que o único que trabalha na família é ele e despreza o trabalho dos outros, principalmente o trabalho da mulher e das moças.⁴

Acompanhei suas lutas pelo reconhecimento oficial como trabalhadora no campo, pela melhoria no atendimento à saúde, por sua inclusão na Previdência Social, entre tantas outras lutas, das quais também, como colaborador do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, muitas vezes participei. Desconhecia ainda, ou tinha pouco claro, o modo como estas mulheres se viam, no universo da produção agrícola, e como pensavam o lugar dessa agricultura em relação ao resto do mundo. Que idéias elas tinham a respeito? Como pensar a agricultura que fazem em uma situação ideal? Quais eram os principais problemas que enfrentavam e o modo como conceberiam a realidade se esses problemas fossem resolvidos? Desejava entender sua reflexão sobre a estrutura sindical na qual elas estavam inseridas e que futuro projetavam para si e para suas famílias.

Meu pai era desse jeito. Chega da roça e diz que tá cansado. A mulher tem de continuar trabalhando e o home vai descansar. Tem home que faz da mulher escrava. Não valoriza o trabalho da mulher.⁵

A mulher levanta de manhã e, como normalmente, toma um chimarrão com o marido. Depois, vai fazer a ordenha e volta pra dentro, que tem as crianças: arruma logo pra ir para a escola, (...) toma café, arruma o café e vai para lavoura com o home. Aí por onze, onze e pouco, volta para casa e faz almoço. Almoça. Depois, lava a louça, limpa a casa, lava a roupa e, na parte da tarde, acompanha o marido de novo na lavoura. Antes do sol entrar no ocaso, volta pra casa. Ajuda a fazer o pasto, ordenha de novo, entra pra

dentro, faz a janta. Janta, lava a louça e algumas assistem televisão, outras vão dormir, outras escolhem feijão. Este é o dia da semana. No fim de semana tem as exceções, vai pra Igreja, pro clube de mães.⁶

Às vezes, quando a mulher vem mais cedo pra casa, o marido chega e tem muitos que não ajudam a fazer nada, porque, como eles dizem: “a mulher foi mais cedo para fazer o serviço, eu fiquei trabalhando lá na roça”. Aí, em vez de ele chegar em casa e ajudar ela a terminar o serviço, vai tomar banho. Ele acha que a mulher não trabalha em casa; ela trabalha só lá na roça; em casa não.⁷

Eu não acho que o serviço da casa é menos pesado que na roça. Eu acho que na roça tu chega lá e faz só aquele serviço lá. Em casa, não, tu faz e desmancha, tu começa, lava louça, arruma tudo no armário. Questão de uma hora ou duas você tem que recolher tudo de volta, pôr no fogão, tu limpa e, de novo, aquela folia. O dia inteiro você tá lidando ali. Aquela rotina. Não aparece o que tu tá fazendo. Chega meio-dia, eles vêm da roça. Mas tu não fez nada. Não aparece o que tu fez durante o dia. A roça aparece mais, a roça limpa aparece mais.⁸

No desenho imaginário das mulheres, a roça está sempre perto da casa, porque elas têm de cuidar da casa, das crianças. A mulher trabalhadora gosta da horta; o homem cuida da roça grande, de milho, soja, feijão. Tudo o que diz respeito às questões produtivas só aparece na fala dos homens. Embora elas já tenham participado de lutas (vitoriosas) para conseguirem se inscrever no acesso aos créditos, são os homens que fazem os negócios, vendem, tratam com o banco, lidam com o dinheiro.

Com raras exceções, cotidianamente as mulheres realizam ou administram a realização de atividades, indispensáveis à sobrevivência e bem-estar de todos membros da família. Entre essas atividades estão aquelas que objetivam permitir que o trabalhador do sexo masculino descanse e renove suas energias para o trabalho produtivo do dia seguinte. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o conserto de roupas e a compra do que é necessário para o consumo familiar diário.

Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova geração de trabalhadores que garantirá a reprodução do modo de produção vigente. Essa responsabilidade do

sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas, mas que são encaradas como próprias, senão exclusivas, do sexo feminino. Entre estas se incluem a higiene das crianças, a sua alimentação, o cuidado de suas roupas, a sua proteção e socialização (Bruschini, Rosemberg, 1982, p. 9). Tais tarefas são definidas pela psicóloga social norte-americana Nancy Chodorow como “maternagem” e são resultado de imposições culturais. A par de todas essas atividades, desempenhadas na unidade familiar e muitas vezes invisíveis, um percentual cada vez mais elevado de mulheres participa no mercado de trabalho. Analisando essa situação, Maria Valéria Pena afirma que:

Mulheres trabalham porque são mulheres; gastam sua força de trabalho no trabalho reprodutivo e doméstico [...] determinadas por sua inscrição na sociedade e na família, enquanto sexo. Trabalho doméstico é trabalho feminino [...] A sua força-de-trabalho é gasta através de seu trabalho não pago apropriado por seu marido e filhos e, ao mesmo tempo, é vendida, enquanto mercadoria, no espaço da produção e da troca (1980, p. 11-72).

O trabalho executado pelas mulheres no mundo privado, apesar de imprescindível para a reprodução da sociedade, tem sido pouco valorizado e permanecido invisível. Saliente-se, todavia, que nem sempre esse trabalho foi desvalorizado e sofreu processo de ocultamento. As tarefas domésticas, ao longo da História, embora restritas à unidade familiar, eram executadas concomitantemente com outras ligadas diretamente à produção social.

Com o advento da Revolução Industrial, no século XIX, o trabalho passou a ser dividido em duas esferas separadas: a unidade doméstica e a unidade de produção. Essa fragmentação correspondeu à divisão sexual das tarefas, cabendo ao homem o trabalho “produtivo” e assalariado, no mundo público, e à mulher a realização das atividades não-pagas e que não eram consideradas produtivas.

Eficiente trabalho ideológico tornou essa divisão natural e a justificou como decorrente das características biológicas de cada sexo. Além disso, fez com que a “casa, unidade natural de produção e consumo, e a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, passassem a significar a mesma coisa”. Tanto ho-

mens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência da família e as segundas, “devido a sua natureza”, deviam gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se das diferentes tarefas domésticas.

No imaginário das mulheres rurais o sustento da casa e da família, em geral, é visto como de responsabilidade do homem, cabendo a elas manterem a casa e os filhos nas melhores condições possíveis. Isso ocorre porque homens e mulheres incorporam a divisão do trabalho como “normal” ou “natural.”

Devido ao processo de socialização ao qual são submetidas, as mulheres vêem o trabalho como subordinado e complementar, vinculado com a família. Esse fato não é uma decorrência da “natureza feminina”, mas resultado de representações sociais construídas ao longo da História. Prova disso é a razão pela qual as mulheres costumam gastar seu “tempo de descanso”, quando retornam do trabalho da roça, “pondo em dia as tarefas de sua obrigação”, ou seja, as da casa. Conforme Pena, é por meio da condição de esposa e de mãe que as mulheres se definem no mundo. Diz a autora:

É assim que a questão é posta pelo Código Civil, pela Legislação Trabalhista, pela psicologia que joga sobre seus ombros a saúde mental de seu núcleo familiar. Que a mulher interiorize que seu papel natural é na família e viva como legítima a sua subordinação no trabalho assalariado é um processo que segue logicamente sua apreensão da vida social e de sua identidade (Pena, 1980, p. 15).

É possível perceber as mulheres trabalhadoras rurais de forma não vitimada, pois pode-se entender que muitas escolhem seu papel na família, protegido das responsabilidades que a cidadania completa impõe. A identificação com o papel materno e com os trabalhos domésticos, de certa forma, livra a mulher dos perigos que obrigatoriamente precisaria enfrentar no mundo real. Em minhas observações pude perceber que as mulheres sentem-se “periféricas” em relação ao mundo; não participaram da sua construção e não se responsabilizam pelos resultados. A mulher vê sua história acontecer fora dela. O *ethos* feminino resultante dessas condições objetivas leva a mulher, em âmbito individual, a perceber qualquer dimensão

no mundo exterior por meio da figura do marido. Ele está colocado entre ela e as coisas. É o crivo pelo qual a interação entre ela e o mundo se dá.

De acordo com Pierre Bourdieu (1999), as relações sexuais são socialmente instituídas e engendram o mundo social e simbólico com referenciais de masculinidade e feminilidade compondo dimensões do *habitus* e da *dominação simbólica*, cujas manifestações passam o universo habitado por dominantes e dominados.

Bourdieu enfatiza ainda que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que justifica e legitima as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição social, geográfica, espacial, étnica, de gênero, dos agentes envolvidos, se homogeneiza, em cada universo social, homens e mulheres, mantendo entre eles uma mística linha de demarcação, conforme se pode perceber no depoimento de uma das entrevistadas:

Fui sempre colona de ir pra roça de manhã, voltar ao meio-dia pra fazer comida, lavar roupa, fazer pão, limpar a casa e o marido descansando. Voltava pra roça e trabalhava igual a ele até de noite, quando voltava, e de novo tinha serviço pra mim em casa, desde tratar os animais, tudo era comigo (...), mulher nasceu mesmo para isso, acho (...)⁹

Scott (1995), na mesma direção de Bourdieu, adverte para a necessidade de se considerar a existência de uma história a ser escrita, que aborde a noção de representação e dominação, do poder desigual da História dada pelo exercício do poder masculino. São os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras. Uma história que reconhece a autenticidade das estruturas sociais como *lócus* de construção das relações homem/mulher, também considera que a subjetividade – não vista como essencialista, ou pertencente ao universo da natureza feminina, ligada ao corpo, à natureza, à reprodução, à maternidade, mas criada para as mulheres em um contexto específico da História, da cultura, da política – e a criação do sujeito são mais complexas que a dominação.

A FRÁGIL CIDADANIA DA MULHER RURAL

A partir das mobilizações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul na década de 80, criaram-se possibilidades para as mulheres se transformarem em cidadãs, o que significou ter existência própria.

A luta das mulheres para serem reconhecidas como “trabalhadoras rurais” e ter garantidos seus direitos de aposentadoria e benefícios sociais não significou uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, como mostramos no início deste texto, as representações sobre o “trabalho” feminino não tornou as mulheres mais independentes de seus maridos e mais atuantes politicamente.

Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros. Na difícil questão do cruzamento entre as categorias classe e gênero, o trabalho de Joan Scott (1995) é fundamental. Esta historiadora feminista diz que, se mantiverem uma postura objetivista, ou seja, se tomarem a classe e gênero como “coisas”, as mulheres não serão capazes de se aperceber das dificuldades de teorizar sobre o que significa ser mulher e trabalhadora, levando em conta que classe e gênero são construções, representações.

Assim sendo, se, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora e, portanto, gênero e classe, tomados como fenômenos naturais, andam juntos na história das idéias, essas duas representações se excluem. Masculino/feminino não pode ser confundido com macho/fêmea e a construção do que é o universo do trabalho e do que são os direitos trabalhistas, e mesmo os direitos universais, traz imbricada em suas origens iluministas uma visão masculina do mundo, no qual as mulheres aparecem como subordinadas. O conceito de “classe trabalhadora”¹⁰ enquanto categoria universal carrega esta mesma marca original, de invisibilidade do feminino.

Segundo Deere (2002), a cidadania da mulher foi caracterizada por uma noção passiva e uma diferença entre igualdade formal e real. Enquanto a igualdade formal se refere à igualdade de direitos, a

real diz respeito à igualdade de resultados. A autora destaca que não somente os pobres são incluídos nessa perspectiva de cidadania, mas também as mulheres. Trata-se de um conceito individualista, sem distinção de classe ou de gênero.

No que diz respeito às trabalhadoras rurais, elas passaram a ter direitos sociais posteriormente às trabalhadoras urbanas. Depois de um período de grandes mudanças sociopolíticas, o Brasil iniciou a década de 90 com uma nova Constituição, que reconheceu oficialmente os direitos sociais e individuais da população. As trabalhadoras rurais, pela primeira vez na História brasileira, tinham reivindicado “o direito a ter direitos” e exigiram voz, vez e voto na arena política. Sua inclusão na Constituição foi, portanto, considerada pelo próprio movimento como uma “recompensa” pelo esforço. A concessão de direitos para as mulheres trabalhadoras rurais, contudo, não representou na verdade a expansão da cidadania, mas o acesso a pequenos benefícios:

Mudou, posso comprar mais. Se não fosse essa aposentadoria eu teria de ir para a cidade arrumar um servicinho... Economizei e comprei o que eu queria e precisava, não comprei bobagem: forro para a casa, construí o banheiro e a “área” que não tinha na casa, comprei geladeira, fogão a gás, economizando eu vou trabalhar e comprando o que preciso e o que quero”.¹¹

Agora é pegar e pagar, não tem que pedir para ninguém. Comprei muitas coisas, como o fogão a gás, que eu sempre quis, balcão com pia, geladeira, o que eu queria eu já consegui, até viajar para visitar os filhos que moram longe, eu consegui pagar com meu dinheiro.¹²

Conquistada parte dos direitos legais de cidadania,¹³ tornou-se evidente que os mesmos não conseguiram alterar, pelas vias tradicionais da democracia representativa, o quadro de profunda assimetria entre homens e mulheres na instância das relações de poder, sobretudo nos foros de representação no universo camponês. É sabido que a desigual participação feminina nos espaços políticos, como no sindicalismo rural e nos postos de coordenação das direções das comunidades no interior, está assentada em razões históricas, relacionadas com o processo de exclusão das mulheres como sujeitos políticos de direitos no momento em que o político era institucionalizado na esfera pública (Paterman, 1993, p. 176).

Mesmo após a conquista dos direitos sociais, persiste um amplo espectro de obstáculos – tais como a dependência jurídica das mulheres casadas aos seus maridos, a proibição de dispor livremente de seus bens –, os quais continuam reforçando a idéia de uma cidadania de cunho liberal, reforçando a dependência do feminino à esfera legal androcêntrica. Essas características, recorrentes nas relações sociais de gênero, desiguais e opressivas em relação às mulheres, lhes conferiram responsabilidades materiais e simbólicas na esfera familiar, que juntas sempre funcionaram como mecanismo de contenção para o acesso das mulheres à vida pública.

O que se pode constatar é que, no Brasil, a consolidação da democracia não necessariamente significou a ampliação e a aplicação concreta do conjunto dos direitos que compõem a cidadania. Nesse sentido, a conquista da cidadania no Brasil pelas mulheres agricultoras ficou reduzida ao acesso aos direitos sociais, sem ter sido ampliada na esfera do trabalho, do espaço doméstico e no próprio movimento sindical rural.

CONCLUSÃO

Acreditamos que a capacidade de ruptura com a identificação entre trabalho agrícola e trabalho doméstico, e por conseguinte com a subordinação da esposa ao marido, é muito pequena no meio rural. Sustentado pelo patriarcalismo, o trabalho feminino no contexto da agricultura familiar está subordinado às regras do contrato conjugal, sendo, portanto, entendido como parte do sistema de obrigações recíprocas que se estabelece entre os cônjuges, o que impede a tradução das conquistas sociais na década de 80 pelo movimento de mulheres agricultoras, no âmbito do espaço privado.

Nestes termos, ser agricultora não é uma profissão, mas um estatuto matrimonial. Quando casada, a mulher passa a dever várias obrigações ao marido, o que na agricultura implica participar dos trabalhos da lavoura, sem reconhecimento público.

Com as conquistas sociais na década de 80, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra, bem como direitos constitucionais, independentemente do seu estado civil. Resta saber, no entanto, até que

ponto a força dessas leis se impõe às práticas derivadas da tradição cultural sustentada, por sua vez, por formas de organização social, política e econômica que lhes são contrárias.

Neste sentido, concluímos que os acessos aos direitos legais revelam-se importantes como uma condição para a igualdade entre os gêneros. Eles não são, contudo, suficientes. Por outro lado, as relações de poder e trabalho têm contribuído para a individualização dentro da esfera familiar, e a agricultora tem sua autonomia econômica neutralizada pelas imposições devidas a um sistema que articula as representações sociais ligadas ao gênero. No interior dessa estrutura, ao se casar ela perde a possibilidade de ser reconhecida como sujeito, e o seu trabalho passa a ser representado como uma “ajuda” decorrente do exercício do seu papel de esposa.

NOTAS

¹ A metodologia da pesquisa com os grupos de mulheres rurais e suas respectivas famílias foi orientada pela professora doutora Jacqueline Pitanguy, consultora da Fundação Macarthur, socióloga e diretora da ONG Cepia (Cidadania, Educação, Pesquisa, Informação e Ação), contribuiu com sugestões no desenvolvimento de todo o projeto.

² Essa pesquisa teve o apoio da Fundação Macarthur, uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Chicago, fundada em 1978, e que tem como missão apoiar grupos e indivíduos para promover melhorias duradouras na condição humana, mediante a busca de soluções sustentáveis que reduzam a desigualdade social, a má distribuição de recursos e de poder e que garantam a melhoria das condições de vida das populações. Pelo processo seletivo para o Fundo de Capacitação e População no Brasil, fui selecionado com uma bolsa-pesquisa para o financiamento de atividades na perspectiva da educação de gênero e direitos reprodutivos com mulheres agricultoras. Esse apoio propiciou as condições para a implantação do projeto “*Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais*”, em que foi possível o desenvolvimento da metodologia da história oral temática, possibilitando a coleta de depoimentos que foram utilizados para a minha dissertação de Mestrado pelo programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, e nesse momento na tese. Maiores detalhes desse processo ver: Tedeschi, 2000.

- ³ Depoimento de Lourdes Berbigier Köch, 60 anos, comunidade da Linha 15, Ajuricaba, agosto de 1997.
- ⁴ Reforçando esse conceito, Roger Chartier ressalta que: *“Reconhecer assim os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigirmos o privilégio durante muito tempo concedido pela história das mulheres às “vítimas ou rebeldes”, “ativas ou atrizes do seu destino”, à custa “das mulheres passivas, demasiado rapidamente consideradas como consentindo na sua condição, embora justamente a questão do consentimento seja centralíssima no funcionamento de um sistema de poder, seja este social ou/e sexual”. Nem todas as fendas que minam as formas de dominação masculina assumem o aspecto de rupturas espetaculares, e nem sempre se exprimem pela irrupção de um discurso de rejeição ou recusa. Nascem no interior do próprio consentimento, quando da incorporação da linguagem de dominação acaba por ser reutilizada de modo a marcar uma resistência”* (1995, p. 39).
- ⁵ Depoimento de Edi Pedroni, 56 anos, Augusto Pestana/RS, setembro de 1997.
- ⁶ Depoimento de M. B. Comunidade de Três Vendas – Catuípe (RS), mar. 1999.
- ⁷ Depoimento de D. B., Linha 7 Leste – Ijuí (RS) maio 1999.
- ⁸ Depoimento de I. G, Comunidade de Rincão da Lage – Augusto Pestana (RS) fev. 2000.
- ⁹ Depoimento de M. C.; da Comunidade de Três Vendas – Catuípe (RS), mar. 2000.
- ¹⁰ Depoimento de Helena Nésia Soares, 56 anos, comunidade de Santa Terezinha, Catuípe/RS, setembro de 1999.
- ¹¹ Nos documentos e cartilhas de formação usadas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pode-se notar claramente o discurso da “classe trabalhadora”, e, em nenhum momento o discurso da mulher rural, enquanto individualidade.
- ¹² Depoimento de Luci Ferraza, 57 anos: Comunidade de Colônia das Almas: Catuípe, setembro de 1999.
- ¹³ Garantias constitucionais, como: salário-maternidade-aposentadoria aos 55 anos, reconhecimento como agricultora, auxílio-doença, indenização por acidente de trabalho...

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, M. Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 9.
- CARNEIRO, Maria José. Esposa de agricultor na França. *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p. 338-354, 1996.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n° 4, Campinas, 1995. p. 39.
- CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002. p. 168.
- COSTA, Albertina Oliveira. *Direitos tardios*. Saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DEERE, Carmem Daiana. *O empoderamento da mulher*. Direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DEL VALLE, Tadeu. *El espacio y el tiempo en las relaciones de género*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1991, n. 05, p. 223. (Série Antropología Cultural).
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências – região colonial italiana do Rio Grande do Sul – 1875/1950*. PUC/RS, 1995. p. 178-180. (Tese de doutoramento).
- GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: LAVINAS, L. *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 47.
- PANZUTTI, N. da Penha Migueles. Mulher rural: eminência oculta. *Cadernos Ceru*, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.
- PATEMAM, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 176.
- PENA, Maria Valéria J. A mulher na força de trabalho. *Revista BIB*, Rio de Janeiro, 1980, (9): 11-22., p. 11-72.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp; Contexto, 1997. p. 640-667.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 20, jul./dez., 1995.

TEDESCHI, Losandro Antônio. *Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2000. (Dissertação de Mestrado).

ANO 19

JAN./DEZ.

2004